

PROPOSIÇÃO DA HIPÓTESE TRÍFIDA PARA A FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA NOVA FERRAMENTA PARA O GESTOR AMBIENTAL

Rodolfo Antônio de Figueiredo*

RESUMO

A educação ambiental é um recente ramo do conhecimento humano. Surgida em meio à contracultura pós-moderna do movimento ambientalista da década de 1960, atualmente constitui-se imprescindível ferramenta para a gestão ambiental. O conhecimento da construção histórica da educação ambiental possibilita que o gestor opte pela doutrina que mais lhe pareça adequada, seja a de suas raízes ativistas, seja a de seu amoldamento às instituições internacionais e conservadoras.

Palavras-chaves: *educação ambiental; gestão ambiental.*

ABSTRACT

The environmental education is a recent branch of the human knowledge. Initiating on the post-modern culture of environmentalism of the sixties, nowadays it is a remarkable way of environmental management. The knowledge of the historical construction of environmental education can bring to the manager the possibility of option for the doctrine which seems to him more adequate, being that of its activist roots, being that of its adjustment to the international and conservative institutions.

Keywords: *environmental education; environment management.*

Introdução: a educação ambiental e a administração de empresas

A moderna gestão de empresas preconiza a utilização da educação ambiental no gerenciamento das questões ambientais concernentes às atividades produtivas. A certificação da série ISO 14.000 passa necessariamente pela implantação nas empresas de projetos de educação ambiental.

A competitividade e modernização das empresas brasileiras está diretamente relacionada à gestão ambiental, passando pela conformidade com a sua política de atuação social. Em recente pesquisa com 1.451 empresas, verificou-se

* Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas pela UFSCar, Bacharelando em Direito na FADIPA, Mestre e Doutor em Ciências (área Ecologia) pela UNICAMP; Professor Titular e Coordenador Pedagógico do curso de Ciências – Habilitação em Biologia da Faculdade de Ciências e Letras Padre Anchieta, Professor e Coordenador do curso de Pós-graduação em Ecologia e Educação Ambiental, e Coordenador Geral do Centro de Pós-Graduação das Faculdades Padre Anchieta, Rua Bom Jesus de Pirapora 140, 13207-660 Jundiá, SP, (0xx11)45218444 ramal 244, Email: rorofig@hotmail.com

que 85% delas adotavam algum tipo de procedimento gerencial associado à gestão ambiental (BNDES, CNI & SEBRAE, 1998).

A relação entre uma empresa, particularmente uma indústria, com o ambiente é, na maior parte das vezes, de exploração e degradação deste por aquela. As crises do petróleo, particularmente a de 1979, trouxeram à cena a chamada “responsabilidade ambiental” das empresas. A concepção ambiental tanto se internalizou nas empresas que, atualmente, muitas atuam fortemente no *marketing* verde, na produção de “produtos verdes” e no desenvolvimento de tecnologias limpas.

O estudo de UNGARETTI (1998) mostrou que existe uma multiplicidade de ações ambientais realizadas pelas empresas, com graus diferentes de interesse e consciência ambiental. Este mesmo autor alerta que “mais do que nunca, a lógica empresarial é a da velocidade. Este é o novo desafio para o ambientalismo” (UNGARETTI, 1998). Em outro estudo, LAYRARGUES (1998) investiga o grau de coerência entre o discurso ambientalista empresarial com o do ambientalismo tradicional. Ele chega à conclusão que “não foi devido à consciência ecológica, mas sim à consciência econômica que o setor empresarial adjetivou-se de “verde” e conquistou um espaço no ambientalismo” (LAYRARGUES, 1998).

Em vista do exposto, percebe-se que existe uma disputa entre a racionalidade econômica e a ética ambiental no seio das empresas. Assim sendo, em muito lucra o administrador de empresas que virá a atuar na gestão ambiental, conhecer mais profundamente a construção da consciência ambiental, da qual a educação ambiental é sua expressão ativa. O presente artigo tem por objetivo iniciar este aprofundamento, através da análise histórica do processo de criação e estabelecimento da educação ambiental, tanto em nível nacional como mundial. Além disso, visa a indicar aos gestores ambientais uma recente e relevante literatura para aprofundamento na temática “educação ambiental”.

A fundamentação histórica da educação ambiental

A base estrutural da Educação Ambiental, historicamente, é a Ecologia. Essa ciência, a Ecologia, trata da compreensão de mecanismos que regulam as interações que os diversos grupos de seres vivos mantêm entre si e com os fatores não-vivos (abióticos) que os rodeiam. A Ecologia, apesar de envolvida com o aspecto ambiental, por si só não aborda a preocupação com problemas ambientais percebidos por diferentes comunidades. A ciência certamente poderá ser utilizada para aflorar aspectos do problema, mas nem sempre apresenta um cabedal de soluções prontas para saná-lo. Além disso, a percepção do problema, suas consequências sociais, seu encaminhamento político e a escolha de possíveis soluções não são feitas pelos cientistas (Ecólogos), mas sim, são prerrogativas exclusivas da comunidade que está-se defrontando com aspectos indesejados em seu meio ambiente particular. A preocupação ambiental, portanto, começa a se firmar somente quando da sua desvinculação da ciência ecológica.

A primeira manifestação da preocupação ambiental emergida das ciências ecológicas ocorre em 1949. Em vários artigos, o norte-americano Aldo Leopold defende que os recursos oferecidos pelo planeta Terra devem ser utilizados pelos seres humanos segundo princípios éticos.

A ética do uso dos recursos da Terra diz respeito à sobrevivência e ao bem-estar das comunidades atuais e futuras. Esses recursos, tais como ar, água, luz, solo, vegetais, animais, devem ser utilizados, por ser eticamente aceitável que a comunidade tenha formas de obter a sua subsistência. Mas, também esses recursos naturais devem ser renovados e preservados para as gerações futuras que comporão essa comunidade.

Em 1962, a cientista norte-americana Rachel Carson, lança um livro no qual expõe que os recursos naturais não estão sendo utilizados eticamente pela sociedade daquela década. Esse livro, *Primavera Silenciosa*, alcançou grande repercussão em diversos segmentos da sociedade e, talvez pela primeira vez, causou uma comoção tal que mobilizou muitas comunidades a questionar a ameaça que escondiam as substâncias químicas, dentre elas os agrotóxicos, produzidas pelos seres humanos e descuidadamente lançadas no ambiente.

Por que o ser humano fazia substâncias que, em um primeiro momento úteis, se desvelavam danosas para ele mesmo e para seus filhos? E, por que ele continuava a produzi-las, mesmo sabendo que corriam riscos? Essas questões possivelmente estavam no subconsciente dos especialistas de diversas áreas que se denominaram *Clube de Roma*. Esses pensadores analisaram diversas facetas das crises que a humanidade estava enfrentando na década de 1960 e as possíveis crises que o futuro as aguardava. Concluíram que os modelos vigentes de desenvolvimento econômico influenciavam sobremaneira a forma de pensar humana. Certamente uma forma destrutiva, uma bomba-relógio que provocaria terríveis estragos no futuro.

No início da década de 1970, surgem dois importantes documentos que, baseando-se nas discussões e conclusões da década anterior, propõem formas de combater a crise ambiental sentida pela humanidade. Esses documentos são: *Um Esquema para a Sobrevivência*, lançado em 1971, e *Os Limites do Crescimento*, de 1972. No primeiro documento, lançado na Inglaterra, são elaboradas diversas propostas para que a humanidade possa atingir um ambiente saudável. O segundo documento, feito pelo Clube de Roma, estabelece que o planeta Terra apresenta um espaço finito e que o crescente consumo e incremento populacional levaria a humanidade a um colapso.

A questão ambiental, então, ganha força e pessoas de diferentes níveis de formação e poderio econômico passam a se atentar para o risco que correm, elas mesmas e seus descendentes. Em 1972, as Nações Unidas realizam em Estocolmo, na Suécia, a *Primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Esse evento foi um marco significativo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental e, pela primeira vez, reconhece-se a Educação Ambiental

como uma nova área do conhecimento humano. Pode-se dizer que aí surge, “oficialmente”, a Educação Ambiental. Essa área é definida como de cunho multidisciplinar, ou seja, que profissionais das diferentes áreas são importantes para que ela se desenvolva, e que sua ação abranja todos os níveis de educação, formal ou informal, ou seja, em escolas e em comunidades.

O Brasil, que havia participado da Conferência da ONU, cria em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), cujo Secretário foi o Prof. Dr. Paulo Nogueira Neto, com formação em Direito e em Ciências Naturais. Este órgão lançou os primeiros diplomas legais no país, assim como criou estações ecológicas e, juntamente com o MEC, propôs a criação da disciplina Educação Ambiental no ensino formal.

Os princípios básicos da Educação Ambiental foram sendo discutidos após a Primeira Conferência da ONU, até se estabelecer, em 1975, o primeiro evento dessa nova área. O *Seminário Internacional sobre Educação Ambiental* ocorreu em Belgrado, Iugoslávia, e forneceu orientações para um programa internacional. Nesse evento, foi definido como princípio básico da Educação Ambiental a atenção com o meio natural e artificial, ou seja, com a natureza e com os campos agrícolas e cidades, considerando todos os fatores envolvidos, sejam eles ecológicos, econômicos, políticos e culturais. Além disso, ficou determinado que a Educação Ambiental deve apresentar ações contínuas, deve ser interdisciplinar, deve voltar-se aos interesses nacionais, e que questionará os tipos de desenvolvimento humano em vigor. A meta prioritária da Educação Ambiental passa a ser a de formar indivíduos conscientes da importância do meio ambiente na preservação da espécie humana no planeta.

Em 1977, ocorre a *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, em Tbilisi, Geórgia. Nesse evento, são definidas as estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental, além de reafirmados seus objetivos e princípios orientadores já definidos nos encontros anteriores. Nessa conferência, ressaltou-se que a Educação Ambiental deve basear-se na Ciência e na Tecnologia, e que as questões a serem atacadas devem ser aquelas de influência local e regional, mas sem perder de vista as questões nacionais e internacionais. Os problemas ambientais atuais e futuros devem ser abordados sob uma perspectiva histórica, embasando a atual crise ambiental em escolhas de modelos desenvolvimentistas realizados pelos próprios seres humanos no passado. O ensino em ambiente formal, ou seja em escolas, foi enfatizado. Preconizou-se que os alunos deveriam construir seu conhecimento sobre as questões ambientais, desenvolvendo-se neles as habilidades necessárias para tomarem suas próprias decisões. Sugeriu-se aos professores diversificarem seus métodos de ensino, de tal forma a ressaltar a complexidade dos problemas ambientais.

No Brasil, em 1981, foram promulgadas duas leis, a 6.902/81, definindo que as áreas de preservação ambiental destinavam-se às pesquisas e à educação ambiental, e a 6.938/81, que instala uma política nacional para o meio ambiente.

Em 1985, a Lei Nº 7.347/85 permite à sociedade organizada defender juridicamente o ambiente.

Em 1987, surge no plano internacional mais um documento de grande influência, denominado *Nosso Futuro Comum* (WCED, 1987). Elaborado pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Comissão Brundtland), da qual participava o Prof. Nogueira Neto. Este relatório traçou um painel sobre a situação ambiental do mundo, propondo formas de atenuar os problemas ambientais detectados. Foi definido que formas de desenvolvimento sustentável deveriam ser implementadas, em substituição aos modelos desenvolvimentistas vigentes. Comentários sobre o conceito de desenvolvimento sustentável podem ser vistos em FIGUEIREDO (2001). No plano nacional, neste ano de 1987, o Conselho Federal de Educação através do Parecer Nº 226/87, veicula a necessidade da introdução da Educação Ambiental no ensino formal brasileiro.

Dez anos após à Primeira Conferência, é realizada em Moscou a *Segunda Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, no ano de 1987. Nela ocorre a avaliação do que foi implantado em termos educacionais ao longo desse período de tempo, além de corroborar as recomendações feitas em 1977. Particularmente, enfatiza-se que a Educação Ambiental está ligada à resolução de problemas concretos e que a percepção dos problemas ambientais pela população é influenciada por fatores econômicos, sociais e culturais.

A nova Constituição Federal Brasileira é promulgada em 1988, tornando-se uma das mais modernas do mundo no aspecto ambiental e sedimentando o Direito Ambiental brasileiro. A Carta Magna incumba o Poder Público de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (CF Art.225, §1º, inciso VI). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado em 1989, contendo um departamento que trata exclusivamente de Educação Ambiental. Também em 1988, ocorreu o *Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental*, reunindo Educadores de todo o país no Rio Grande do Sul. Em 1989, foi realizado o *Primeiro Fórum de Educação Ambiental*, na USP e, em 1991, o *Segundo Fórum de Educação Ambiental*, no Anhembi, em São Paulo.

A *Segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* ocorre em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Representantes do governo de 178 países (oficialmente denominados de *Cúpula da Terra*) oficializaram a *Agenda 21*. A Agenda 21 é um plano de ação para ser implementado, nos mais diferentes níveis, no século 21, visando à sustentabilidade da vida no planeta Terra. Em um evento paralelo à conferência, o *Fórum Global de ONGs*, com participação de cerca de 1.300 organizações não-governamentais, formula-se o *Tratado de Educação Global para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Neste documento encontram-se os diversos princípios de Educação Ambiental, a par de planos de ação, monitoramento e avaliação. Os participantes desse evento entenderam que a educação deve ser realizada a partir do entorno em que vivem as

comunidades, levando os indivíduos a pensar e agir local e globalmente. Acorda-se que a raiz dos problemas ambientais é o superconsumo e a superprodução, gerando distribuição irregular de renda, pobreza e poluição. Esse evento é um marco para o movimento ambientalista brasileiro, devido a sua repercussão na mídia, originando-se diversos projetos em Educação Ambiental, assim como o foi a *Carta Brasileira para a Educação Ambiental*, produzida em outro evento paralelo à Rio-92, pelo MEC.

O MEC, em 1993, instala o processo de surgimento da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério, que atua nos rumos da Educação Ambiental em nível formal. Em 1994, o MEC e o MMA (através do IBAMA) criam o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), elaborando estratégias para implantação da Educação Ambiental tanto nos níveis formal como não-formal. Neste mesmo ano, realiza-se na PUC-SP o *Terceiro Fórum de Educação Ambiental*. Em 1995, o IBAMA elaborou as *Diretrizes de Educação Ambiental*.

O evento *Rio + 5* ocorreu no Rio de Janeiro, organizado por ONGs em 1997, onde ficou constatado que os compromissos assumidos na Rio-92 não estavam sendo cumpridos. À mesma conclusão geral chegaram os delegados de diversos países que participaram, nos Estados Unidos (Nova Iorque), da *Cúpula da Terra II*. Em 1997, no Brasil, ocorre a *Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental*, com participação de dezenas de milhares de pessoas, e a publicação da *Declaração de Brasília para a Educação Ambiental*, ambas organizadas pelo MEC. Ainda neste ano, ocorreu em Guarapari (ES) o *Quarto Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*.

A UNESCO promove em Thessaloniki, na Grécia, a *Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade*, no ano de 1997. Neste evento foi reconhecido que as conferências anteriores não motivaram progressos suficientes para a implantação do desenvolvimento sustentável, clamando pela ação mais efetiva dos governos de todos os países. Uma nova conferência foi agendada para 2007, a fim de avaliar os progressos obtidos.

No Brasil, em 1998 é promulgada a lei dos crimes ambientais (Lei Nº 9.605/98) e, em 1999, é promulgada a Lei Nº 9.795/99.

Em 2001, o *I Encontro de Educadores Ambientais para Sociedades Sustentáveis*, realizado em Piracicaba, chegou à uma importante conclusão: "encontramos as respostas, mas mudaram-se as perguntas". A *Agenda 21 Brasileira* continua em discussão, tendo-se chegado a seis documentos temáticos (Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão do Recursos Naturais e Redução das Desigualdades Sociais). E, dormita no Congresso Nacional o anteprojeto de consolidação das leis ambientais, que permitirá a reunião dos diversos diplomas legais em um único Código do Meio Ambiente. Em julho de 2001, o *Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental*, realizado na UNESP – Rio Claro, figura como o primeiro evento no qual a Educação Ambiental passa à alçada de

Ciência e, como tal, inicia a produção de conhecimentos utilizando a metodologia científica. Está previsto para 2002 a realização da *Rio + 10*, na África do Sul.

A proposição da “Hipótese Trífida”

O presente artigo apresenta como conclusão a inédita proposição da “hipótese trífida” para a construção do campo epistemológico da educação ambiental. Segundo esta hipótese ora proposta, a história da educação ambiental está dividida em três fases:

- 1ª fase: de 1949 a 1972. Neste período, ocorre a criação da ética ambiental e da educação ambiental enquanto movimento ativista, revolucionário e contracultural. A educação ambiental está arraigada às comunidades e associações que enfrentam as questões ecológicas colocadas aos locais e condições em que vivem cada uma delas.

- 2ª fase: de 1972 até 2001. Este longo período viu a educação ambiental ser expropriada das comunidades locais e ativas, passando às mãos da ONU e dos Estados. A enxurrada de conceitos abstratos e pouco palpáveis estimulou muitos debates internacionais, poucas ações locais efetivas, a criação de vários e frágeis diplomas legais pelo direito positivo e a apropriação da educação ambiental pela segregada casta dos cientistas.

- 3ª fase: agora. Neste exato momento está-se construindo esta terceira fase da educação ambiental. É um momento de retomada do ideal gestado e concebido durante a primeira fase. É a revalorização das ações locais, da compreensão cordial da relação ser humano – natureza e do desenvolvimento pleno da ética ambiental.

A compreensão de que a terceira fase da educação ambiental é a que trará à humanidade a tranqüilidade necessária para continuar sua evolução no Planeta Terra, estará motivando todos os agentes sociais a atuarem segundo esses “novos” parâmetros epistemológicos. E o Administrador de Empresas será o principal agente multiplicador desta fase, levando para o seio da contraditória empresa capitalista, valores éticos, estéticos e humanísticos fortes e estáveis.

Referências bibliográficas

ALPHANDÉRY, P., BITOUN, P., DUPONT, Y. (1992) O equívoco ecológico: riscos políticos. São Paulo: Editora Brasiliense.

ANDRADE, L.; SOARES, G; PINTO, V. (1996) *Oficinas ecológicas: uma proposta de mudanças*. Petrópolis: Editora Vozes.

AVILA-PIRES, F. D. de. (1999) *Fundamentos históricos da ecologia*. Ribeirão Preto: Holos Editora.

- BAEDER, A. et al. (2000) *Jovens em ação: ações para melhorar o ambiente e a qualidade de vida nas cidades*. São Paulo: Editora Melhoramentos.
- BARBIERI, J. C. (1997) *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BNDES; CNI; SEBRAE. (1998) *Pesquisa gestão ambiental na indústria brasileira*. Rio de Janeiro: BNDES.
- BOFF, L. (1995) *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo: Editora Ática.
- BOFF, L. (1999) *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BRASIL, Presidência da República. (1999) *Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Brasília: Imprensa Nacional.
- BRESSAN, D. (1996) *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Editora Hucitec.
- CAPRA, F. (1996) *A teia da vida*. São Paulo: Editora Cultrix.
- CARVALHO, I. C. de M. (1998) *Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental*. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas.
- CASCINO, F. (2000) *Educação ambiental: princípios, história, formação de professores*. São Paulo: Editora Senac.
- CASCINO, F.; JACOBI, P; OLIVEIRA, J. F. de. (1998) *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA/CEAM.
- CORNELL, J. (1996) *Brincar e aprender com a natureza: guia de atividades infantis para pais e monitores*. São Paulo: Editora Senac/Melhoramentos.
- CORNELL, J. (1997) *A alegria de aprender com a natureza: atividades ao ar livre para todas as idades*. São Paulo: Editora Senac/Melhoramentos.
- CURRIE, K. (1998) *Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática*. Campinas: Editora Papirus.
- CZAPSKI, S. (1998) *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília: MEC.

- DALAI LAMA, S.S., (2000) *Uma ética para o novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora Sextante.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (1999) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Carlos: Editora da UFSCar.
- DIAS, G. F. (1994) *Atividades interdisciplinares em educação ambiental*. São Paulo: Editora Gaia.
- DIAS, G. F. (1994) *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. Brasília, IBAMA.
- DIAS, G. F. (2001) *Educação ambiental: princípios e práticas*. 6ª edição. São Paulo: Editora Gaia.
- FERREIRA, L. C. (1993) *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: Editora Unicamp.
- FERREIRA, L. (2000) *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas*. São Paulo: Editora Boitempo.
- FIGUEIREDO, R. A. de (2001) Desenvolvimento sustentável: paradigma ou ocaso? *Análise*, 2 (4): 9-14.
- FREI BETTO. (1997) *A obra do artista: uma visão holística do universo*. São Paulo: Editora Ática.
- FREIRE, P. (1997) *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- FREIRE, R. (1992) *A farsa ecológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan.
- GADOTTI, M. (2000) *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- GEORGE, J. (1998) *Olhando pela Terra: o despertar para a crise espiritual/ecológica*. São Paulo: Editora Gaia.
- GONÇALVES, C. W. P. (1998) *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Editora Contexto.

- GUIMARÃES, M. (1995) *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Editora Papirus.
- GUIMARÃES, M. (2000) *Educação Ambiental: no consenso um embate?* Campinas: Editora Papirus.
- HOGAN, D. H.; VIEIRA, P. F. (1995) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp.
- HUTCHISON, D. (2000) *Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- JACOBI, P. (1999) *Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo: Editora Annablume.
- JACOBI, P. R. (1999) *Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade*. São Paulo, Ed. Annablume.
- KOHL, M. F.; GAINER, C. (1995) *Fazendo arte com as coisas da terra: arte ambiental para crianças*. São Paulo: Editora Augustus.
- KUPSTAS, M. (org.) (1997) *Ecologia em debate*. São Paulo: Editora Moderna.
- LAYRARGUES, P. P. (1998) *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume.
- LEFF, E. (2000) *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Editora Cortez.
- LEIS, H. R. (1996) *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo/Blumenau: Editora Gaia/Editora da Furb.
- MACEDO, C. J.; SORRENTINO, M.; OLIVEIRA, I. P. de. (1997) *Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental; I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva/Instituto Eocar para a Cidadania/Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.
- MERGULHÃO, M. C.; VASAKI, B. N. G. (1998) *Educando para a conservação da natureza: sugestões de atividades em educação ambiental*. São Paulo: Editora da PUC-SP.

- NALINI, J. R. (2001) *Ética ambiental*. São Paulo: Editora Millenium.
- NOAL, F. O.; REIGOTA, M; BARCELOS, V. H. de L. (1998) *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- NORGAARD, R. B. (1991) *A ciência ambiental como processo social*. Rio de Janeiro: PTA.
- PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (1997) *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: MMA/Ipê.
- PEDRINI, A. de G. (1998) *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- PENTEADO, H. D. (2000) *Meio ambiente e formação de professores*. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez.
- PEREIRA, A. B. (1993) *Aprendendo ecologia através da educação ambiental*. Porto Alegre: Editora Sagra-DCLuzzato.
- PRADO, F. C. (2000) *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Editora Cortez.
- REIGOTA, M. (1994) *O que é educação ambiental?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- REIGOTA, M. (1998) *Meio ambiente e representação social*. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez.
- REIGOTA, M. (1999) *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Editora Cortez.
- REIGOTA, M. (1999) *Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina: um estudo de suas representações sociais*. São Paulo: Editora Annablume.
- SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec.
- SATO, M. (1997) *Educação Ambiental*. 3ª ed. São Carlos: UFSCar.

- SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. (1997) *Conceitos para se fazer educação ambiental*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Secretaria.
- SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. (1998) *Guia bibliográfico de educação ambiental*. São Paulo: A Secretaria.
- SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. (1998) *Programa estadual de educação ambiental*. São Paulo: A Secretaria.
- SILVA-SÁNCHEZ, S. S. (2000) *Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Humanitas/Annablume.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; BRAGA, T. (1995) *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Editora Gaia.
- SOUZA, H. J. (1999) *Como se faz análise de conjuntura*. 19ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- TAMAIIO, I.; CARREIRA, D. (2000) *Caminhos e aprendizagens: educação ambiental, conservação e desenvolvimento*. Brasília: WWF Brasil.
- TAMAIIO, I.; SINICCO, S. (2000) *Educador ambiental: 6 anos de experiências e debates*. São Paulo: WWF Brasil.
- TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. H. (1996) *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Editora Gaia.
- UNGARETTI, W. N. (1998) *Empresariado e ambientalismo: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil*. São Paulo: Editora Annablume.
- VIEZZER, M. L.; OVALLES, O. (1995) *Manual latino-americano de educação ambiental*. São Paulo: Editora Gaia.
- WALDMAN, M. (1998) *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.
- ZEPPONE, R. M. O. (1999) *Educação ambiental: teoria e práticas escolares*. Araraquara: JM Editores.